Tarifaço pode impactar gestão de recursos públicos para a saúde

» ANDRÉ GIORDANO NETO
Superintendente corporativo na Fundação Zerbini

A política comercial adotada pelo governo dos EUA com o objetivo de proteger a indústria norte-americana sem dúvidas cria temores e desconforto na dinâmica econômica mundial e, consequentemente, na gestão dos recursos públicos em setores essenciais. A imposição de uma pesada tarifa de importação sobre uma grande quantidade de produtos brasileiros, onerando em 50% o seu preço, produz efeitos imediatos sobre os setores que mais exportam para os Estados Unidos e, dependendo das reações do governo brasileiro, com as negociações, tardias e que ainda estão em curso, pode afetar também aqueles que dependem da importação, como a saúde. O cenário pode piorar caso o governo brasileiro opte por uma política de retaliação, aplicando a Lei da Reciprocidade Econômica, caminho com o qual não concordo, pois acredito que, se essa for a decisão, não sabemos qual o curso que esse processo poderá tomar. Sou favorável à negociação, ao diálogo, à diplomacia.

No setor de saúde, o Brasil exportou para os Estados Unidos em 2024 cerca de US$ 1,2 bilhão, contemplando produtos médico/hospitalares, odontológicos, de laboratório etc., um volume bem menor que o exportado por outros setores da economia, mas relevante para a consolidação das empresas nacionais. A importação, porém, chegou perto dos US$ 10 bilhões no ano passado, 60% dos quais em produtos destinados ao mercado público, representado pelas instituições filantrópicas e, principalmente, pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Notamos com essas cifras que a nossa dependência, no setor da saúde, para os EUA é bem maior que a dependência dos Estados Unidos por nossos produtos. Uma desproporção enorme, daí a necessidade de todo o cuidado, técnica e diplomacia nas negociações.

Uma possível política de reciprocidade do Brasil em resposta às tarifas americanas pode aumentar os custos dos produtos de saúde em 25% a 30%, pressionando ainda mais os orçamentos públicos já apertados, num sistema que enfrenta constantes limitações orçamentárias, infraestrutura precária e a necessidade de novos investimentos para atualização tecnológica e capacitação profissional.

Para os gestores do SUS, essa elevação dos custos significa um maior desafio para equilibrar as contas e manter a qualidade do atendimento. Muitas vezes, a resposta imediata a um aumento inesperado de despesas é a contenção de gastos em manutenção, modernização e ampliação dos serviços, áreas fundamentais para o bom funcionamento do sistema.

Além disso, em razão da sua dependência de cadeias produtivas globais, o Brasil sente os efeitos da instabilidade provocada pela guerra comercial no planejamento estratégico da saúde pública. A imprevisibilidade no fornecimento e nos preços dos insumos pode gerar desabastecimento e atrasos na oferta de tratamentos, afetando diretamente a população que precisa do sistema público.

Numa espécie de efeito dominó, a pressão financeira sobre os hospitais públicos pode comprometer a capacidade de investimento, o que, por sua vez, impacta a qualidade do atendimento e a eficiência dos serviços. Isso põe em risco tanto a saúde de cada paciente, como a saúde coletiva, ao dificultar ações preventivas e o controle de doenças.

Um possível efeito da instabilidade no fornecimento de insumos e do aumento de preços é o atraso ou o cancelamento de cirurgias eletivas, o que tende a acarretar judicialização, com pacientes em busca de garantia de realização desses procedimentos. O caminho para enfrentar o problema, a médio prazo, é avançar em políticas que incentivem a produção nacional de insumos médicos e farmacêuticos e a criação de estoques estratégicos para preservar a segurança e a continuidade dos atendimentos, promovendo a autonomia do setor de saúde.

Além disso, é essencial a diversificação das fontes de aquisição para reduzir vulnerabilidades externas. A substituição desses produtos por similares de outros países, como a China ou a Turquia, é possível, mas é preciso lembrar que esse é um processo demorado, devido à necessidade de registros e de validações, bem como de treinamento e assistência técnica. Não é algo que se faça a toque de caixa.

Diante desse cenário, além de manter uma gestão eficiente dos recursos públicos, é urgente estimular a indústria nacional e a inovação tecnológica no setor médico-hospitalar, a fim de assegurar a autonomia e a estabilidade no atendimento à população brasileira. Essa tarefa ganha urgência neste momento, mas seus efeitos virão futuramente.

De imediato, é importante negociar e usar o pragmatismo e moderação na mesa de negociações, considerando que uma eventual retaliação, com certeza, ao fim e ao cabo, será mais prejudicial para o Brasil do que para os Estados Unidos.

Crise climática e a sobrevivência da humanidade

» CARLOS BOCUHY
Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam)

No fim de julho, uma conferência inovadora ocorreu na Universidade de Exeter, no Reino Unido, para analisar os pontos de não retorno, os *tipping points* planetários. Participaram 200 especialistas em riscos globais e impactos climáticos. Ao final, os cientistas admitiram que a sobrevivência futura da humanidade dependerá da superação da crise climática. Como produto, redigiram apelo aos formuladores de políticas globais, especialmente aos líderes da cúpula climática COP30, que ocorrerá no Brasil em novembro.

"Os riscos de pontos de inflexão globais são reais e as consequências, catastróficas. Se esperarmos até sentirmos os impactos, saberemos também que já é tarde demais para agir", afirmou Mike Barrett, conselheiro científico do WWF. "Em última análise, é uma questão de sobrevivência", afirmou Tim Lenton, do Instituto de Sistemas Globais da Universidade de Exeter.

O documento aponta a possibilidade de efeito cascata de vários pontos de inflexão, que poderiam disparar efeito dominó. Entre estes, o risco de morte da Floresta Amazônica devido à mudança climática e ao desmatamento, assim como o colapso da Circulação Meridional do Atlântico (AMOC), que devastaria o noroeste da Europa com invernos extremos e comprometeria a segurança alimentar e hídrica global. As consequências seriam catastróficas para bilhões de pessoas.

A alteração das correntes marítimas passou a ser objeto de preocupação também no Atlântico Sul, na região da Antártida. O derretimento da massa de gelo polar está provocando recirculação das águas profundas mais quentes, devido à diferença de salinidade, o que aquece a região e está acelerando seu derretimento, provocando liberação de carbono.

Estamos ingressando em um momento histórico que exige capacidade de governança ambiental. O modelo de governança global para enfrentar essas ameaças é urgente e deverá ser eficiente, com capacidade multissetorial e integradora, alinhada com princípios de sustentabilidade. Segundo o Instituto Max Planck, "um desafio definidor da ciência futura é integrar as descobertas de diferentes disciplinas sobre as questões humanas prementes de mudança climática, crise de biodiversidade, superexploração de recursos naturais e persistência sustentável das comunidades humanas".

Lamentavelmente, até que essa mudança se concretize, continuarão a ocorrer distúrbios globais pela ânsia de lucratividade com má gestão do meio ambiente, a exemplo dos tumultos mercantilistas protagonizados por Donald Trump e pelo próprio Congresso Nacional do Brasil, nas atuais iniciativas de desmantelar o licenciamento ambiental.

A má governança, associada aos interesses econômicos predatórios, segue impulsionada como continuidade de aceleração econômica insustentável da era pós-industrial. Continuará a destruir sistemas vitais até ser contida pela necessidade de sobrevivência das espécies, dos ecossistemas e da própria sobrevida humana.

A pergunta é se o limite de suporte planetário restante será suficiente para manter vida planetária com qualidade. Essa questão está profundamente ligada aos direitos humanos e gerou duas decisões recentes, da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tribunal Internacional de Justiça da ONU.

As Cortes fazem, respectivamente, recomendações sobre as obrigações dos Estados signatários para agir e apontam responsabilização caso continuem a contribuir para o caos planetário que vem se instalando.

Essas posições quebram o silêncio das Cortes internacionais preenchendo o vazio de quase dois séculos, desde o período da revolução industrial, que deixou impunes empresas e Estados produtores de combustíveis fósseis.

A fusão entre meio ambiente, clima e direitos humanos ganhou um enlace internacional imprescindível. O Tribunal Internacional de Justiça da ONU se manifestou sobre em que medida as emissões constituem ato ilícito, reafirmando o princípio de que um Estado pode ser responsabilizado por não limitar a quantidade de emissões causadas por atores privados sob sua jurisdição.

Essa posição certamente possibilitará novas estratégias jurídicas que poderão mudar a capacidade de reação da sociedade humana em defesa de seus direitos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Escolhas mal feitas

Brasília, a capital do país e onde se concentram brasileiros de várias origens, firmou-se, ao longo dos anos, como uma vitrine a exibir a síntese do que é o Brasil real na atualidade. Nesse retrato em preto e branco do país, centrado nesse pequeno quadrilátero no centro do Brasil, temos uma pequena amostra das nossas belezas e mazelas.

Como toda capital, nacional ou estrangeira, Brasília, nesses poucos anos de existência, já apresenta um conjunto complexo de problemas que reclamam providências urgentes e necessitam ser enfrentados de frente e com coragem. Entre as questões do mundo moderno merecedoras de atenção, uma se destaca e requer a atenção redobrada de nossas autoridades: trata-se do consumo exagerado — e põe exagerado nisso — de bebidas alcoólicas.

São milhares de bares abertos diuturnamente, espalhados por toda a capital, a oferecerem uma infinidade de bebidas alcoólicas. Esse tipo de consumo não conhece crise econômica. Para os adeptos do álcool, além dos bares e botecos, existem as distribuidoras de bebidas em cada esquina, as lojas de conveniência e os supermercados. A oferta desses produtos segue o consumo igualmente gigante e crescente. Não há limite de idade. Todos bebem — e bebem muito.

Em Brasília, mais de 26% dos adultos consumiram álcool de forma abusiva no ano passado. Tal disposição a esse tipo de consumo coloca nossa capital em segundo lugar, atrás apenas de Salvador, onde quase 30% da população consome álcool regularmente. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se de um verdadeiro problema de saúde pública a lotar hospitais e todo o sistema de saúde e a fomentar outro problema ainda mais sério, como a violência no trânsito e outros tipos de violência — crimes de roubo e de assassinato, por exemplo.

Ganha ainda uma dimensão mais assustadora quando se verifica que o consumo abusivo de álcool vem crescendo entre as mulheres. É sabido que as mulheres morrem mais de problemas como hipertensão associada ao álcool. Em muitas capitais do país, incluindo Brasília, o consumo de álcool pelas mulheres dobrou, atingindo inclusive as menores de idade.

O pior é que a indústria do álcool faz cara de paisagem para o problema, assim como as autoridades, que fingem que ele não tem toda essa dimensão que a mídia divulga. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), o problema vem num crescendo preocupante, embora não se tenha notícias de programa oficial algum que busque combatê-lo.

Não se fala no assunto nas redes de TV, nas escolas, em parte alguma. Trata-se de uma espécie de problema tabu, pouco ou nada discutido com a população. Talvez por isso mesmo, os hospitais de centros de saúde estejam cada vez mais lotados de vítimas voluntárias do álcool. Além disso, esse pode ser o motivo da lotação em clínicas de saúde mental.

Aliás, o índice cada vez maior de casos de transtornos mentais na capital está ligado diretamente ao consumo exagerado do álcool pela população e, em especial, pelas mulheres. Entre 2016 e 2021, 3.227 pessoas morreram de causas ligadas ao consumo de álcool no Distrito Federal. O prejuízo econômico para a capital e para o próprio país é imenso. O pior é que os relatórios oficiais mostram uma realidade que está muito aquém do que acontece de fato na capital e no restante do país.

O alcoolismo é, para os especialistas no assunto, uma verdadeira bomba relógio contra a sociedade a minar a saúde física e mental da população, a consumir os recursos públicos de saúde e a fomentar a violência em todas as suas variantes.

A frase que foi pronunciada:

"Uma das coisas mais difíceis foi aprender que eu merecia a recuperação"

Demi Lovato, sobre a luta contra o alcoolismo e drogas

Alto custo

» O nome da farmácia reflete também o alto custo para os pacientes conseguirem a medicação. Não é possível que qualquer questionamento precise ser feito pessoalmente, tirando todos os envolvidos da sua rotina enquanto um simples telefonema resolveria tudo. Hora de rever a rotina de atendimento.

Força tarefa

» Tanto no Plano Piloto quanto nas outras cidades administrativas, as faixas de pedestre não têm recebido manutenção. Na estiagem é o melhor momento para isso. Forma simples de dar mais segurança aos motoristas e aos pedestres.

Força

» Terezinha Bleyer será homenageada na celebração dos 50 anos da Secretaria de Articulação Nacional (SAN) de Santa Catarina, no dia 15 do próximo mês. Bem antes de 1975, dona Terezinha já era a política em pessoa. Daquelas raridades que sempre têm o bem comum como objetivo.

História de Brasília

A Prefeitura, na hora do venha a nós, faz tudo. Ao vosso reino, nada. No que se refere a emplacamento de carros então, é um Deus nos acuda. O posto é na Velhacap, distante 18 quilômetros do Plano Pilôto.
(Publicada em 8/5/1962)